

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Derrota comemorada	2
Título: Petrobras evita a perda de R\$ 8,4 bi em processo fiscal	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Futuro líder do Instituto do Aço quer governo protecionista	3
Título: Não é tão simples privatizar a Petrobras, diz Gustavo Franco	4
Título: Petrobras tem vitória no Carf em processo de R\$ 8 bi	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Usinas nucleares para o Brasil?.....	6
Título: TRT do Rio suspende venda de distribuidoras.....	8
Título: Após investimentos no exterior, GP faz movimento para virar sócia da Light	9
Título: Petrobras fica livre de multa de R\$ 8,2 bi	10
VEÍCULO: Correio Braziliense	11
Título: Distribuidoras: venda suspensa	11
Título: Energia nuclear faz parte da solução.....	13
VEÍCULO: Valor Econômico.....	14
Título: Regra abre equação de preços da Petrobras.....	14
Título: TRT do Rio ratifica liminar e volta a suspender leilão da Eletrobras	16
Título: O próximo presidente e o setor de energia.....	18
Título: Copel analisa 20 projetos para colocar à venda	20
Título: Cemig descarta estatizar Light e estuda alternativas	22
Título: Sinaval quer que TCU suspenda aditivos com ANP	23
Título: Trinta companhias já solicitaram redução do conteúdo local	25

Título: Sinopec Petroleum do Brasil pede recuperação judicial	26
Título: Curtas	27
Título: Venda de turbina a gás cai e afeta GE, Siemens e Mitsubishi	28
Título: Regulador dos EUA intima executivos da Tesla	31
Título: Mais competitivo no país, etanol já "rouba" mercado da gasolina	33
Título: Petrobras afasta autuações fiscais bilionárias no Carf	35

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/08/2018

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Derrota comemorada

Em 2013, em pleno governo Dilma, o Bank Of America apontou a Petrobras como a empresa mais endividada do mundo. Com a divulgação do resultado do segundo trimestre deste ano, a estatal perdeu o lugar desonroso.

Agora, ficou assim: AT&T, com uma dívida de US\$ 190 bilhões, seguida da mexicana Pemex, com US\$ 104 bi, e, em terceiro, a Petrobras, com US\$ 91,7 bi.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/08/2018

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura Brasília

Título: Petrobras evita a perda de R\$ 8,4 bi em processo fiscal

Conselho que julga recursos de multas aplicadas pela Receita Federal revê penalidade por dedução de gastos em áreas de petróleo no cálculo de tributos

A Petrobras obteve, ontem, uma vitória junto à Receita Federal que representa um alívio de R\$ 8,4 bilhões para o caixa da empresa. Por unanimidade, o

Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) —tribunal administrativo ao qual empresas recorrem de multas aplicadas pelo Fisco —atendeu a um pedido da estatal. Ela queria rever a penalidade que havia recebido pela dedução de gastos com o período de desenvolvimento de áreas de óleo e gás — etapa que antecede a produção — no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) referentes a 2011.

A Receita argumentava ser vedada a retirada desses custos da base de cálculo dos impostos. A legislação sempre foi mais clara sobre a possibilidade de abater os gastos nas atividades de exploração e de produção, mas deixava dúvidas sobre a etapa de desenvolvimento dos projetos. O tema foi finalmente regulamentado pela lei que estendeu o cronograma do programa de benefícios tributários para o setor petrolífero, o Repetro.

— Essa lei deixou claro a possibilidade de dedução também na etapa de desenvolvimento — explica o advogado especialista em direito tributário Leonardo Homsy, do escritório Mattos Filho.

RISCO FORA DO BALANÇO

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que representa o governo nesse tipo de processo, ainda poderia recorrer à Câmara Superior do conselho para tentar reverter a decisão, mas decidiu não contestá-la.

A Petrobras já tinha conseguido vencer dois processos semelhantes referentes aos anos de 2009 e 2010. Ainda há ações referentes a 2012 e 2013 para serem julgadas. Até 2017, a estatal reconhecia em seu balanço a possibilidade de perder R\$ 20,5 bilhões em processos fiscais. Em nota, a empresa explicou que o processo não consta do último balanço porque a vitória em processos semelhantes tornava a possibilidade de perda "remota".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/08/2018

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Futuro líder do Instituto do Aço quer governo protecionista

Mercado Aberto

Prestes a assumir a liderança do conselho do Instituto Aço Brasil, o presidente da Usiminas, Sérgio Leite, diz que as últimas decisões de política externa do país não estão em compasso com o momento atual.

“Nós somos a favor do livre comércio, mas faz sentido o país ser liberal em um mundo cada vez mais protecionista?” A principal reclamação é em relação a falta de retaliação à taxa que os Estados Unidos impuseram ao aço. “Europa, China e Turquia reagiram. Nós observamos aqui da América Latina sem nenhuma reação.” Não é a única insatisfação em relação ao comércio internacional —ele diz que a maneira de lidar com os chineses é equivocada, e pede sobretaxas ao aço de lá.

“O governo considera a China seu maior parceiro, mas questões como dumping e subsídios são técnicas, e não políticas.” Decisões internas, como o tabelamento de frete, também são criticadas: “Fere a Constituição e traz ônus ao consumidor final”. A Usiminas terá custos adicionais de cerca de R\$ 400 milhões com a medida.

O Instituto fez encontros com parte dos candidatos à presidência, mas o executivo prefere não dizer quais.

Leite assumirá a presidência do conselho da entidade durante o Congresso Aço Brasil, no dia 22 de agosto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/08/2018

Seção: Mercado

Autor: Flavia Lima

Título: Não é tão simples privatizar a Petrobras, diz Gustavo Franco

Para assessor econômico de Amoêdo, BB e Eletrobras poderiam ser vendidas

Após afirmar que nenhuma empresa estatal brasileira é estratégica o suficiente, o economista, à frente do programa econômico do candidato João Amoêdo, do Partido Novo, afirmou nesta quinta-feira (16) que privatizar a Petrobras “não é tão simples assim”.

“Depois de dividir a empresa, conforme estudos, é provável que vários pedaços sejam privatizados, outros não”, disse Franco, ao discorrer sobre o que será feito caso Amoêdo seja eleito.

Fora do radar das privatizações, Franco citou apenas a Embrapa, que, segundo ele, talvez pudesse ser transformada em agência. Por outro lado, a Eletrobras estaria pronta para ser privatizada, assim como o Banco do Brasil, aumentando a competição no sistema bancário. “Isso em benefício de nós todos, regularmente maltratados pelo sistema financeiro”, afirmou Franco, em evento

do jornal O Estado de São Paulo e da Fundação Getulio Vargas, com economistas dos candidatos.

A Caixa, afirmou, poderia se desligar do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), ser listada em Bolsa e, mais fortalecida, ter o controle vendido por um preço melhor.

“Privatizar é bom, mas não necessariamente para fazer caixa. No caso do saneamento, o recurso pode ir para financiamento do setor.”

Franco disse ainda ter “simpatia pelo Simples”, quando questionado se não achava que o regime tributário diferenciado para micro e pequenas empresas não iria contra a ideia central do Partido Novo—segundo a qual os empreendedores buscam menos intervenção do Estado.

Para ele, o tamanho da renúncia fiscal do programa teria um tanto de “mitologia”.

“Sem o Simples, essas empresas estariam no ‘complicado’ e, se tivessem que pagar o ‘complicado’, não existiriam.”

Quanto ao teto do Simples, considerado excessivo por muitos especialistas ao englobar empresas com receita anual de até R\$ 4,8 milhões, Franco disse que ele é necessário porque o que há depois disso é um “precipício”.

Franco disse que o Novo é contra a tributação de lucros e dividendos — algo defendido pela maioria dos candidatos — e que não está convencido de que a tabela do IRPF (Imposto de Renda Pessoa Física) precise de correção.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/08/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras tem vitória no Carf em processo de R\$ 8 bi

A Petrobras obteve nesta quinta-feira (16) vitória em processo de R\$ 8 bilhões na 2a Turma da 4a Câmara da 1a Seção do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), órgão que julga em segunda instância administrativa litígios ligados a impostos.

A decisão foi unânime em relação ao processo, que envolvia a possibilidade de dedução ou não da base de cálculo do IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa

Jurídica) e da CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) de gastos com desenvolvimento da produção de petróleo.

No entendimento da Receita Federal, a prática não poderia ser adotada.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que representa a Receita, poderia entrar com recurso na Câmara Superior do órgão, mas não o fará.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/08/2018

Seção: Espaço Aberto

Autor: Washington Novaes

Título: Usinas nucleares para o Brasil?

Dizem os jornais que "Temer retoma plano nuclear e governo prevê várias usinas" (Folha de S.Paulo, 25/7). Além do abastecimento interno, prevê-se "aumentar a exportação". O Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro estaria encarregado de um "programa para ampliar no País a geração de energia a partir do urânio e dinamizar a mineração no setor". Mas é um tema que divide especialistas e enfrenta a oposição de ambientalistas internos e externos.

O projeto foi produzido pelo Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro, vinculado ao Palácio do Planalto e integrado por representantes de 11 ministérios, aos quais tem sido dito que o governo pretendia construir usinas nucleares em várias partes do País e retomar a construção da usina Angra 3, paralisada desde a Operação Lava Jato.

O panorama na área anda agitado com a notícia de que a estatal russa de energia nuclear já tem uma frota de quatro quebra-gelos a propulsão nuclear, únicos no mundo, e uma unidade de processamento de lixo atômico, com dois reatores de 35 MW cada, abastecidos com combustível nuclear. Após testes no início de 2019, eles deverão ser rebocados para 5 mil quilômetros de distância, no extremo leste do Ártico, onde poderão abastecer 100 mil pessoas.

Segundo o Greenpeace, é "um risco sem igual de acidente", já que a barcaça de transporte tem seu fundo achatado e seria mais vulnerável no mar bravio da região. E também precisa de rebocador – outro risco. Mas a Rússia e a Agência Internacional de Energia Atômica aprovam o projeto, que substituirá outro mais antigo, com reator semelhante ao que explodiu em Chernobyl em 1986. O novo o substituirá com menor impacto ambiental no Ártico, em região que em 2012 teve a menor cobertura de gelo polar da história. O combustível, após 40 anos de uso, irá para aterro de lixo atômico.

Ambientalistas têm dito que o Brasil não precisa deste tipo de projetos com tanto risco. Segundo representante do Greenpeace (22/7), foram gastos R\$ 300 bilhões para cobrir danos provocados pelos acidentes em Fukushima, em 2011, e R\$ 1,5 trilhão em Chernobyl (1986) – sem falar em gastos para receber o lixo atômico e para desmontar as usinas a serem desativadas quando não mais produtivas. Por essas e outras, Francisco Whitaker, que em 2006 recebeu o Prêmio Nobel Alternativo do Parlamento sueco, diz que a atual proposta do governo brasileiro significa "remar contra a maré e a História". E lembrou que diversos países estão abandonando a opção nuclear, entre eles a Alemanha, que até 2022 desligará todas as suas usinas nucleares.

Há quem discorde de certos pontos. Por exemplo, o professor do programa nuclear da Coppe/UFRJ Alberto Luiz Coimbra Reis, segundo quem a energia nuclear pode ser considerada "limpa", pela baixa emissão de gases do efeito estufa. E embora o País tenha tecnologia e matéria-prima indispensáveis, além da sexta maior reserva de urânio do mundo. Mas também ele critica o momento da elaboração da nova política de governo, a apenas seis meses do fim da atual gestão federal.

O Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro, reinstituído no ano passado, elabora uma proposta de Política Nuclear Brasileira, que deverá ser capaz de nortear o desenvolvimento futuro do programa nuclear. Mas ele não tem tratado de questões como a construção de usinas nucleares.

No âmbito mundial, prossegue a discussão acirrada. O próprio papa Francisco afirmou durante viagem ao Chile que "teme" o risco de uma guerra nuclear. Segundo ele, o mundo está "no limite de uma guerra nuclear" (Estado, 15/1/2018). E acrescentou: "Estou realmente com medo disso. Um acidente é o suficiente para precipitar as coisas". Ele também tem endurecido suas falas contra as armas nucleares. Acha que os países não devem estocá-las, mesmo para dissuasão.

Nem todos se convencem. A Rússia, por exemplo, inaugurou há pouco tempo uma usina nuclear marítima, com reatores nucleares flutuantes, que vai bombear energia para cidades portuárias e plataformas de perfuração em busca de petróleo. Segundo a empresa estatal russa de energia nuclear, a usina tem "uma grande margem de segurança", pois é "resistente a tsunamis e desastres naturais". Segundo grupos ambientais, o projeto deveria chamar-se "Titanic Nuclear" ou "Chernobyl Flutuante".

Nos últimos meses, as esperanças maiores recaíram nos encontros entre o presidente Donald Trump, dos Estados Unidos, e dirigentes da Coreia do Norte, como Kim Jong-un, nos quais foram tratados temas que preveem a desnuclearização coreana, apoiado até pela China.

À margem de tudo isso, no Brasil ganha força um movimento em favor da ampliação do parque nacional de energia eólica, já que a energia dos ventos responde por 8,5% da potência instalada no País e deve ultrapassar a biomassa (Estado, 5/8) em 2019, para transformar-se na segunda maior fonte geradora de energia, após a eletricidade. A energia dos ventos tem ganhado maior força principalmente nas Regiões Nordeste e Sul do País, "onde giram hoje 6,6 mil cataventos, espalhados por 534 parques eólicos". A energia solar também tem avançado em algumas regiões.

Seja como for, não é difícil de prever que os próximos tempos trarão notícias importantes sobre o panorama energético brasileiro. E que deverão tratar basicamente da diversificação das nossas fontes de energia – um avanço decisivo para o País. Porque não faz sentido continuarmos presos a poucos mananciais, sem considerar a possibilidade de avanços na diversificação e de ganhos nas estratégias de implantação e de preços, com muitos benefícios para o consumidor. E sem falar, também, que será possível rever a estratégia de grandes barragens, com os problemas que as envolvem (e que afetam recursos hídricos), inclusive o de lobbies e de corrupção.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/08/2018

Seção: Economia

Autor: Luciana Collet

Título: TRT do Rio suspende venda de distribuidoras

O Tribunal Regional do Trabalho do Rio Janeiro (TRT-RJ) suspendeu a privatização das distribuidoras da Eletrobrás no Norte de Nordeste do País que estava marcada para 30 de agosto. Segundo a assessoria do TRTRJ, a decisão foi tomada pelo órgão especial, que julgou o agravo regimental impetrado pelo sindicato dos trabalhadores da empresa contra uma decisão do presidente do tribunal, que cassou a liminar concedida em junho aos trabalhadores pela 49.ª Vara do Trabalho, determinando a suspensão da privatização. Agora, essa liminar volta a ter validade, informou o TRT-RJ.

A liminar suspende a privatização das seis distribuidoras: Amazonas Energia, Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), Boa Vista Energia, Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), a Companhia Energética de Alagoas (Ceal) e Companhia Energética do Piauí (Cepisa). A Cepisa foi vendida em julho, mas o TRT-RJ não informou se a venda terá de ser suspensa também.

O presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Júnior, disse ontem que a companhia "está em debate" com a Advocacia-Geral da União (AGU) para

discutir a decisão do TRT-RJ. Está marcado para o próximo dia 30 o leilão de pelo menos três distribuidoras, tendo em vista que duas estão impedidas de serem ofertadas por outras questões.

Ferreira Junior comentou que os trabalhadores não têm visão "da quantidade de trabalho" que haverá quando um novo controlador assumir as distribuidoras e citou o fato de que os investidores terão de realizar aportes de capital nas empresas, o que permitirá que elas dobrem o volume de investimento em relação aos níveis desembolsados pela Eletrobrás, melhorando os serviços de energia para todas as áreas de concessão.

Segundo ele, a privatização da Cepisa vai resultar em redução imediata de 8,5% nas tarifas dos consumidores locais. "São 8,5% de desconto na tarifa de 3,2 milhões de brasileiros que vivem naquele Estado contra os 3 mil empregados que sentem ter seus empregos ameaçados."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/08/2018

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira Monica Scaramuzzo

Título: Após investimentos no exterior, GP faz movimento para virar sócia da Light

Retorno. Distribuidora controlada pela Cemig anunciou, na noite de ontem, um acordo preliminar com a gestora para nova oferta de ações; nos últimos anos, a GP vinha concentrando seus investimentos na compra de redes de alimentação nos EUA e na Inglaterra

A gestora de recursos GP Investments assinou um memorando de entendimento para liderar uma oferta de ações da Light, concessionária de energia do Rio de Janeiro. Em comunicado ao mercado divulgado no fim da noite de ontem, a empresa de energia diz que o acordo ainda é preliminar e não vinculante, mas que estabelece termos e condições indicativos caso a oferta venha a ser efetivada.

A Light, controlada pela estatal mineira Cemig, tenta replicar o modelo iniciado pela AES Eletropaulo, que provocou grande disputa entre a italiana Enel e a Neoenergia. No fim, o modelo de ancoragem foi abandonado e a venda das ações feita por meio de leilão na Bolsa. Antes de a GP entrar no páreo, outros investidores também demonstraram interesse pela distribuidora fluminense, como Equatorial, Vinci Partners, Enel e Neoenergia.

O interesse da GP pela Light surgiu recentemente, bem depois de a Cemig incluir o ativo no seu plano de desinvestimento. Considerada uma empresa complexa, a concessionária tem dívida perto de R\$ 8 bilhões e perdas de energia (causadas especialmente por furtos e fraudes) superiores a 20%. Em áreas de risco, esse total é de 80%.

Desde 2017, a estatal mineira tenta encontrar formas para reduzir o endividamento da distribuidora. Segundo fontes, a proposta de fazer uma oferta primária de ações foi colocada na mesa em março do ano passado, mas a Cemig não aprovou. Na época, a ideia era fazer uma oferta primária de R\$ 1 bilhão, seguida de uma secundária. Nesse processo, a Cemig diluiria sua participação na distribuidora.

Em março deste ano, a proposta foi novamente feita e, por pouco, não foi aprovada em junho. Mas, segundo fontes próximas às negociações, na última hora a Cemig recuou. Um dos motivos seria a forte desvalorização da empresa do ano passado para cá.

Apetite. Com US\$ 1,6 bilhão de negócios sob gestão, a GP viu na Light uma oportunidade de voltar a investir no mercado nacional, depois de um movimento recente do fundo de private equity (que compra participação em empresas) no exterior. Em março, a GP fez aporte de US\$ 100 milhões para comprar a rede de restaurantes Bravo Brio, que atua nos Estados Unidos. Em maio de 2017, a gestora havia comprado a rede de fastfood Leon, no Reino Unido. A volta ao mercado de alimentação ocorreu seis anos após a gestora ter vendido a rede de churrascarias Fogo de Chão a o fundo americano Thomas H. Lee Partners, por US\$ 400 milhões.

No Brasil, o último negócio ocorreu em 2016, com a compra do controle da BR Properties, na qual já tinha 12% de participação. Copresidida por Fersen Lambranco e Antonio Bonchristiano, a gestora já teve passagem pelo setor elétrico como sócio da Companhia Energética do Maranhão (Cemar), na década passada.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/08/2018

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues / BRASÍLIA

Título: Petrobrás fica livre de multa de R\$ 8,2 bi

Julgamento no Carf de processo movido pela Receita Federal dá parecer favorável a estatal de petróleo

A Petrobrás teve resultado favorável no julgamento de um processo em que a Receita Federal cobrava da companhia o pagamento de R\$ 8,2 bilhões em tributos referentes ao exercício de 2011. A decisão, proferida pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), foi unânime, segundo informações do Ministério da Fazenda.

O processo diz respeito à dedução de gastos realizados pela Petrobrás no desenvolvimento de campos de petróleo. A Receita cobrava tributos como IRPJ e CSLL relativos a 2011, por entender que a dedução não poderia ser feita. O Carf, porém, acolheu os argumentos da estatal e eliminou a cobrança.

Pelas regras do conselho, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que defende os interesses do fisco, poderia recorrer à Câmara Superior do Carf para tentar reverter a decisão, mas isso não deve ocorrer porque também essa instância se posicionou favoravelmente à Petrobrás em outro caso semelhante. "Até agora, não há paradigma para a interposição de recurso especial", afirmou o procurador da Fazenda, Moisés de Souza Carvalho Pereira.

Em relação ao tema, a Petrobrás já havia informado, em suas demonstrações financeiras de 2017, a expectativa de perda para "remota". Por isso, a petroleira passou a não calcular nenhum valor para perda financeira com o caso em seu balanço.

Ambev. Já o início de um julgamento no Carf, relativo a uma eventual multa de R\$ 1,5 bilhão à gigante de bebidas Ambev, contribuiu para uma queda de mais de 2% nos papéis da companhia ontem, que fecharam a R\$ 19,11. O julgamento foi interrompido por pedido de vista. / COM RENATO CARVALHO e REUTERS

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 17/08/2018

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Distribuidoras: venda suspensa

Em mais um capítulo da novela judicial que se tornou a privatização da Eletrobras e suas ex-subsidiárias, o Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-RJ) decidiu ontem suspender, mais uma vez, o leilão das distribuidoras Amazonas Distribuidora, Boa Vista Energia, Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron) e Eletroacre, marcado para 30 de agosto. Além das quatro, a Companhia Energética de Alagoas (Ceal) está com o certame suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por conta de uma disputa com o governo estadual, que alega ter R\$ 1,7 bilhão a receber.

Por 11 votos a três, os desembargadores do TRT-RJ decidiram pelo provimento do agravo regimental interposto contra uma decisão do presidente do tribunal, Fernando Antônio Zorzenon. O magistrado havia cassado a liminar concedida pela 49ª Vara do Trabalho, que determinava a suspensão da privatização até que a Eletrobras apresentasse um estudo do impacto da venda no quadro de pessoal. A decisão de ontem, portanto, restabeleceu a suspensão do leilão.

A Centrais Elétricas do Piauí (Cepisa) foi leiloada em 26 de julho, arrematada pela Equatorial Energia, não sem antes passar pelos mesmos imbróglis judiciais. O TRT-RJ não informou se a venda da Cepisa também será suspensa. A Advocacia Garcez, contratada pelos sindicatos que conseguiram a primeira liminar que impedia a privatização, informou, no entanto, que a decisão de ontem suspende todas as etapas que ainda precisam ser feitas para transferir o controle da Cepisa.

Na opinião de Thaís Prandini, diretora da Thymos Energia, este tipo de embate durante o processo de privatização é comum. “Como é um assunto polêmico, sempre vai ter empecilho. Mas não são decisões difíceis de derrubar. Acho que o governo vai manter o leilão marcado para 30 de agosto”, disse. A especialista considera a venda das distribuidoras fundamental. “O cenário de liquidação, que é a alternativa, é muito pior. Talvez nem todas sejam vendidas, mas é importante manter o leilão”, disse.

Mais cedo, ao participar de uma reunião em São Paulo, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, havia admitido adiar o leilão da Amazonas Distribuidora para setembro. A empresa, que tem ativos de distribuição, geração e transmissão, precisa ter a desverticalização aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) antes de ser vendida.

- **Petrobras ganha ação no Carf**

A Petrobras venceu uma batalha bilionária no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). O colegiado decidiu, ontem, por unanimidade, a favor da estatal em processo administrativo fiscal no valor de R\$ 8,4 bilhões. A Receita Federal cobrava valores relativos ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre parte do resultado financeiro do exercício de 2011. O Fisco argumentava que é vedada a dedução de custos com desenvolvimento da produção. Segundo a companhia, os valores não constam das informações divulgadas nas demonstrações financeiras do segundo trimestre de 2018.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 17/08/2018****Seção: Opinião****Autor: Reinaldo Gonzaga****Título: Energia nuclear faz parte da solução**

Para atender o aumento da demanda, assegurar o bem-estar da sociedade e garantir o seu desenvolvimento sustentável, o Brasil terá que programar ações com objetivo de ampliar a oferta de energia elétrica. É um desafio do tamanho continental do país. Afinal, não saem da memória dos brasileiros os apagões que pegaram a todos desprevenidos, inclusive as autoridades que cuidavam do setor elétrico à época.

O susto não passou. Vivemos hoje situação muito parecida. A lição que ficou não foi aprendida: a necessidade de aumentar a geração de energia, garantir maior volume de água nos reservatórios e diversificar as fontes de energia elétrica na matriz energética brasileira continuam à espera de solução.

Energia e ambiente saudável são fundamentais à vida. Um país do tamanho do nosso, não pode, sob qualquer pretexto, descartar o uso das diversas fontes de geração de energia elétrica disponíveis. E, nesse contexto, é importante considerar, sem preconceito, que a busca por um padrão aceitável de desenvolvimento sustentável no mundo revitalizou o uso da fonte nuclear.

O parque nucleoeletrico mundial está preparado para ampliar sua participação na matriz energética global. Especialmente por causa dos investimentos realizados para tornar os reatores mais seguros, conquistou a confiança de países, como a China e a Índia, que estão investindo pesado na construção de novas usinas nucleares. A Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea) contabilizou 57 usinas nucleares em construção no mundo e 453 em operação. Das 57 usinas em construção, 15 são na China, sete na Índia e seis na Rússia.

Muitos países têm planos para iniciar, retomar ou ampliar a geração de eletricidade via fonte nuclear. Há entre eles um consenso comum: o de que precisam reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa. Afinal, os reatores nucleares não produzem esses gases que provocam preocupantes mudanças climáticas. Além disso, consolida-se a convicção de que a opção nuclear para geração de eletricidade é um componente importante na formulação das novas políticas energéticas e estratégicas, além de ser uma das alternativas para atingir os limites propostos de diminuição das emissões de

poluentes fixadas por tratados internacionais e para superar as influências climáticas nos períodos de longas secas nas áreas das grandes hidrelétricas.

Diante desse cenário, o Brasil tem como desafio prioritário começar uma ampla campanha de esclarecimento da opinião pública sobre os reais benefícios da aplicação da tecnologia nuclear. Cada vez mais precisamos dar transparência às nossas atividades. Precisamos dizer ao público o que fazemos e como fazemos. Demonstrar o elevado nível tecnológico que alcançamos e a seriedade e zelo que nossos profissionais executam suas atividades.

Os países que entenderam a importância dessa relação com o público atingiram elevados índices de aceitação em seus empreendimentos. Podemos citar, entre outros, a França e o Japão. São exemplos de como a interação entre público e autoridades permitiram que todos se beneficiassem do uso dessa fantástica fonte de energia.

Há, evidentemente, problemas históricos que o setor nuclear brasileiro precisa resolver. A falta de uma política integrada de recursos humanos é um deles. Não se forma um profissional no setor nuclear da noite para o dia. Além de boa formação acadêmica, um engenheiro, por exemplo, precisa de, no mínimo, mais de um ano e meio de treinamento em uma empresa do setor para alcançar formação adequada.

A Indústrias Nucleares do Brasil (INB), que há 30 anos é responsável pela produção do combustível nuclear que abastece as usinas Angra 1 e 2, continua em processo de inovação, em busca de melhoria e motivada a enfrentar desafios. O irreversível processo de expansão da atividade nuclear no mundo encontrará a INB preparada e em condições de participar dessa janela de oportunidades que se abre. A atividade nuclear brasileira faz parte da solução das dificuldades que o Brasil enfrenta para produzir a energia necessária e garantir um futuro melhor para todos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/08/2018

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Regra abre equação de preços da Petrobras

Com as novas regras anunciadas pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) para aumentar a transparência dos preços dos combustíveis, a Petrobras terá de divulgar ao mercado, pela primeira vez, a sua fórmula de precificação. A medida é considerada um marco importante na transição rumo a um mercado mais

aberto, embora não garanta, sozinha, a quebra do monopólio da estatal no refino, segundo especialistas consultados pelo **Valor**.

A medida não entra em vigor de imediato. A ANP ainda colocará suas propostas em consulta pública e pretende publicar a versão definitiva da resolução em setembro. As novas regras não valem apenas para a Petrobras, já que a agência quer obrigar todos os produtores e importadores que detêm uma participação de mercado maior que 20% em uma macrorregião a abrir suas respectivas fórmulas de precificação, bem como os preços praticados para cada um dos produtos à venda, em cada ponto de entrega.

Para Edmar Almeida, professor do Grupo de Economia da Energia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) a medida cria novos mecanismos de identificação de eventuais abusos de poder. E dá previsibilidade para que investidores façam seus planos para entrar no refino brasileiro.

"As empresas não vão poder mais mudar de uma hora para outra os seus critérios de precificação para impedir a entrada de concorrentes, sem que isso fique evidente. A medida reduz riscos associados à competição", disse.

A expectativa é que, com a abertura das planilhas da Petrobras, a estatal tenha mais dificuldades de segurar as importadoras - pelo menos num cenário em que os subsídios do diesel já tenham se encerrado. Almeida destacou que a região do Atlântico (que contempla a comercialização entre os mercados do litoral das Américas, da Europa e da África) possui hoje excedente de capacidade de refino e que o consumidor brasileiro pode se beneficiar com a entrada de novos agentes. "[Esse excedente] Pode ter um impacto sobre as margens praticadas no Brasil", disse.

O ex-diretor da ANP e consultor David Zylbersztajn destaca que as novas regras da ANP fazem todo o sentido, dentro de uma proposta de abertura do mercado, ao criar "dificuldades naturais para manipulação de preços". Ele acredita, porém, que o fim do monopólio só se efetivará quando o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) intervier mais diretamente. Atualmente, a iniciativa de abertura do mercado está nas mãos da própria Petrobras, que colocou à venda dois polos de refino - um no Sul e um no Nordeste.

"As novas regras têm valor, ao eliminar eventuais abusos concorrenciais, e cabem num momento de transição para uma economia aberta. Mas essas regras precisam ter um prazo para se encerrar num momento em que o monopólio seja quebrado, se não pode engessar investidores", ressaltou.

Hoje a Petrobras divulga apenas seu preço médio nacional para diesel, gasolina e gás liquefeito do petróleo. A estatal também sinalizava ao mercado que seus reajustes seguiam a variação do câmbio e da cotação dos preços internacionais do petróleo e derivados, mas agora terá de detalhar os preços de referência e os custos logísticos envolvidos no cálculo.

A ANP também obrigará os postos - incluindo vendedores de botijão de gás - a divulgar em tempo real os preços praticados em seus pontos de revenda a partir de 1º de novembro. Os preços serão disponibilizados ao consumidor por meio de um aplicativo. Segundo Almeida, essa medida, já adotada em outros países, como a Alemanha, ajudará a criar novos mecanismos de fiscalização. "Dá mais mecanismos de identificação de cartelização", afirmou.

Outra novidade foi a adoção de medidas de transparência para o mercado de gás natural, que estava fora do escopo das discussões. A ANP se propôs a elaborar contratos padronizados de compra e venda e divulgará mensalmente os preços praticados nos mercados organizados. "A ANP está criando as bases para um balcão de negociação de gás no país", disse. "Hoje os contratos entre a companhia e a distribuidoras de gás canalizado não são públicos e não há transparência em muitos Estados sobre os reajustes nas

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/08/2018

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: TRT do Rio ratifica liminar e volta a suspender leilão da Eletrobras

O órgão especial do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-RJ) aprovou, por 11 votos a 3, a manutenção da liminar concedida pela 49ª Vara do Trabalho do Rio que determinou a suspensão do processo de privatização das distribuidoras da Eletrobras. Com a nova decisão do órgão especial, está suspenso o leilão de privatização das distribuidoras previsto para 30 de agosto.

O órgão acatou recurso dos sindicatos dos trabalhadores das distribuidoras da estatal contra a decisão da presidência do TRT, que havia cassado a liminar anterior.

Em junho, os sindicatos dos urbanitários e eletricitários de Amazonas, Acre, Piauí, Roraima, Rondônia e Alagoas, representados pelo escritório de advocacia Garcez, conseguiram a liminar na 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro. A decisão determinava a suspensão da privatização até que fossem realizados

estudos sobre o impacto da transferência de controle nas empresas para os funcionários das distribuidoras.

Uma decisão da presidência do TRT cassou a liminar. Nesse período, o BNDES conseguiu realizar o leilão de privatização da Cepisa, do Piauí, vencido pela Equatorial Energia, no fim de julho.

A expectativa do governo é conseguir, no dia 30, vender as distribuidoras Eletroacre, Ceron (RO), Boa Vista Energia (RR) e Amazonas Distribuidora de Energia. A Amazonas ainda depende da conclusão do processo de segregação dos ativos de distribuição dos de geração e transmissão.

"É uma vitória para os funcionários [das distribuidoras]", disse Emanuel Torres, diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região (Sintergia-RJ).

O **Valor** apurou que a equipe jurídica da Eletrobras está se movimentando junto com a Advocacia-Geral da União (AGU) e o **Ministério de Minas e Energia (MME)** para derrubar a decisão e

permitir a realização do leilão.

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, disse ontem que a resistência à venda das distribuidoras reflete a falta de informação sobre a situação das empresas. Segundo ele, o interesse daqueles que combatem a venda das distribuidoras "é em tudo, menos no bem da população e das instituições do país".

"É uma pena que os empregados da Eletrobras não percebam que precisamos deles para fazer o que tem que ser feito. É um debate muito pequeno e particular, no interesse de um conjunto pequeno de pessoas", afirmou Ferreira Júnior a jornalistas, em evento promovido pela comercializadora de energia Comerc, em São Paulo.

Enquanto os sindicatos questionam a privatização alegando que os donos privados farão cortes e demissões nas empresas, o governo e a estatal apontam que isso pode ser necessário para garantir que os Estados em questão tenham acesso a um serviço de distribuição de energia de qualidade.

"Nós 'despioramos' as distribuidoras. No primeiro ano de gestão, demos R\$ 6 bilhões de prejuízo. No segundo ano, o prejuízo foi de R\$ 4 bilhões. Tudo isso foi absorvido pela Eletrobras", disse o executivo.

tarifas."

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/08/2018****Seção: Opinião****Autor: Rosane Menezes e Lucas Guimarães****Título: O próximo presidente e o setor de energia**

Embora o empresariado do setor elétrico tenha fé na aprovação, ainda este ano, da proposta de aperfeiçoamento do setor, apensada ao projeto de lei nº 1.917/15, que trata da portabilidade da conta de luz, há outras questões que precisarão ser decididas pelo (a) próximo(a) presidente da República, a partir de 2019.

Sob a ótica internacional, deve-se dar cumprimento ao Acordo de Paris. Por meio dele, o Brasil se comprometeu a reduzir, até 2025, as emissões de gases de efeito estufa (GEE) em 37% abaixo dos níveis de 2005 e em 43%, até 2030.

Quanto ao setor energético, há o compromisso de alcançar, até 2030, uma participação de 45% de fontes renováveis de energia na matriz energética. Em 2017, esse número já estava em 43,2%, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Porém, o uso de renováveis para geração de eletricidade e em processos industriais não é suficiente, por si só, para atender ao compromisso de redução dos GEE. Dois setores intimamente relacionados ao setor energético contribuem para os níveis atuais de poluição: transportes e agronegócio.

No que se refere ao primeiro, os combustíveis fósseis poluentes - gasolina e óleo diesel - responderam por cerca de 80% do consumo de energia nos transportes, o equivalente a mais de 200 milhões de toneladas de CO₂ (10% do total de emissões, mas 42% do total de emissões do setor energético).

A completa dependência do petróleo para transportes e logística, recentemente tornada explícita pela greve dos caminhoneiros, precisa ser urgentemente repensada, de forma que indústria e sociedade deixem de ser reféns de um combustível finito, poluente e cada vez mais caro.

No âmbito da descarbonização da frota veicular brasileira, entram em cena os veículos elétricos e postos de recarga, que tiveram sua regulamentação aprovada em julho pela Aneel. Enquanto algumas concessionárias - Celesc, CPFL, Copel e EDP, esta última em parceria com a BMW - buscaram inaugurar eletrovias nos Estados onde detêm concessões, é necessário impulso a nível federal para a transformação da frota brasileira. E, para isso, não basta apenas a alteração nas alíquotas do IPI, como feito pelo decreto nº 9.442/18.

O próximo presidente precisará, caso queira inserir o Brasil na transição energética em curso pelo mundo, adotar uma política agressiva, disruptiva e radical, de incentivo à produção e aquisição de veículos elétricos - em conjunto, certamente, com a expansão da malha ferroviária e outras medidas na área de logística.

Fontes renováveis de energia devem continuar sendo inseridas de forma consistente na matriz elétrica brasileira

Na outra ponta, Aneel, EPE e o Operador Nacional do Sistema deverão pensar soluções para que a recarga de veículos elétricos e a injeção da eletricidade de veículos na rede, para atender a situações pontuais de contingência elétrica (soluções Vehicle-2-Grid), não venham a ameaçar a confiabilidade na rede. Alguns estudos já demonstram que o impacto na rede é perfeitamente absorvível, mesmo em um cenário otimista com total substituição dos carros movidos a motores a combustão por veículos elétricos.

No que se refere ao agronegócio, a pressão ambiental se mostra consideravelmente mais preocupante. Agropecuária - fermentação entérica e aplicação de fertilizantes, por exemplo - e uso da terra - desmatamento e degradação de solos - respondem por 73% do total de emissões de CO₂ na atmosfera.

Na relação com o setor energético, deve-se olhar em duas direções: para formas de incentivar a produção de biogás a partir da biodigestão de animais, e para o aumento da produção dos biocombustíveis. Este segundo aspecto, porém, deve ser compatibilizado com a necessidade urgente de frear o desmatamento florestal.

Nesse sentido, é contraproducente incentivar a produção de biocombustíveis - que tornará a frota veicular mais limpa - por meio de desmatamento, que diminuirá as quantidades de carbono sequestradas pelas florestas brasileiras.

Da mesma forma que, sob a ótica ambiental, carece de sentido substituir usinas com reservatório por geração elétrica a gás. Segundo dados da EPE, entre 2016 e 2017, houve redução da participação de fontes renováveis de energia na matriz elétrica, na contramão do movimento global. Embora a redução tenha sido mínima (1,3%), esse dado é bastante preocupante, na medida em que revela a tendência de substituição das grandes usinas com reservatório por termelétricas caras e poluentes. Devia-se, ao contrário, incentivar outras fontes renováveis de energia, tais como biomassa, eólica, solar e as PCHs.

Sem a previsão de novas usinas com reservatório, conforme atestam os estudos de planejamento energético da EPE, o movimento deveria se radicalizar em prol

de uma (ainda) maior inserção de renováveis, e não ao contrário, como verificado entre 2016-2017. Será papel do próximo presidente fazer com que as fontes renováveis de energia não percam fôlego e sigam sendo inseridas de forma consistente na matriz elétrica brasileira.

A crescente tensão entre energia e meio ambiente precisará ser dissolvida pelo próximo presidente da República.

Dentro de casa, diversos temas irão demandar atenção e compromisso do próximo presidente. Será necessário resolver a "questão Eletrobras", caso não haja resolução ainda este ano; abrir as tratativas para revisão do Tratado de Itaipu, que vence em 2023; impulsionar a eficiência energética, ainda bastante aquém do seu potencial de desenvolvimento; superar o primeiro boom da geração residencial de energia fotovoltaica, aumentando a escala de expansão; prosseguir à abertura do mercado de energia; planejar a expansão do sistema, que já não conta com a implementação das usinas hidrelétricas estruturantes; e promover a inserção de outras fontes de energia, tais como baterias, usinas hidrelétricas reversíveis, usinas eólicas offshore e expansão da biomassa.

É estarrecedor que a questão energética, em pleno ano eleitoral, ainda não tenha se tornado pauta no discurso dos presidentiáveis. Espera-se que as Propostas de Governo, protocoladas esse mês na Justiça Eleitoral, reflitam a preocupação que o tema merece.

Rosane Menezes e Lucas Noura Guimarães são, respectivamente, sócia da área de Infraestrutura e advogado da área de energia do Madrona Advogados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Copel analisa 20 projetos para colocar à venda

A elétrica paranaense Copel pretende definir dentro de três meses o seu plano de desinvestimentos. A companhia está avaliando um conjunto de 20 projetos que podem ser colocados à venda. A empresa, no entanto, não detalhou quais empreendimentos estão sob estudo.

"Hoje temos em andamento a avaliação de 20 projetos. Desse total, nós já temos um cenário. Temos de ser cirúrgicos no processo, em que nós vamos

desalavancar alguma coisa, para que possamos competir e termos recursos no futuro para termos projetos equivalentes ou melhores que esses", disse o diretor de Desenvolvimento de Negócios da Copel, José Marques Filho, em teleconferência com analistas e investidores sobre os resultados do segundo trimestre de 2018.

"Acredito que em mais três meses nós já tenhamos um planejamento bem fino do que pretendemos fazer de desinvestimentos", completou o diretor.

A companhia paranaense estava planejando lançar o plano de venda de ativos desde o início deste ano, porém até o momento a iniciativa não foi divulgada.

O foco da empresa é reduzir o nível de endividamento para menos de 3 vezes a dívida líquida sobre o Ebitda. A companhia encerrou o primeiro semestre deste ano com indicador de 3,1 vezes.

Segundo o diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Copel, Adriano Rudek de Moura, a expectativa é que os investimentos da empresa em 2019 tenham uma "redução significativa" em relação a este ano. Isso porque, dos R\$ 3 bilhões de investimentos previstos para 2018, cerca de R\$ 1 bilhão foi destinado ao complexo eólico de Cutia, no Rio Grande do Norte, que será concluído este ano.

Em outra frente, a Copel prevê alcançar uma economia de R\$ 200 milhões por ano, a partir de 2019, com o programa de demissões incentivadas.

Apesar da estratégia de reduzir custos e vender ativos, a companhia está atenta a novas oportunidades nos leilões de energia e de transmissão. Nessa linha, a empresa estuda participar do próximo leilão de energia nova, do tipo "A-6", marcado para 31 de agosto e que negociará contrato de energia de novos empreendimentos para início de fornecimento em 2024.

"A Copel tem que pensar em sua perenidade, apesar de termos feito, felizmente, grandes investimentos nos últimos anos. De fato, estamos analisando os leilões deste ano. Temos bastante interesse em energia renovável", disse Marques Filho. "Continuamos analisando. Temos interesse em eólicas e estamos vendo alguma coisa em hidráulica", completou o diretor.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/08/2018****Seção: Empresas****Autor: Marcos de Moura e Souza, Camila Maia e Rodrigo Polito | De Belo Horizonte, São Paulo e do Rio****Título: Cemig descarta estatizar Light e estuda alternativas**

A Cemig avalia um conjunto de alternativas para a venda, parcial ou total, de sua participação na Light e descarta a hipótese de estatizar a distribuidora de energia fluminense. A companhia admitiu ontem, pela primeira vez, a possibilidade de se desfazer de um pequeno percentual na Light, para evitar a estatização da elétrica, no caso de liquidação da opção de venda ("put") exercida por bancos contra a estatal mineira no capital da empresa.

Hoje, a Cemig detém 48,75% do capital da Light. Em tese, com a liquidação da "put", prevista para novembro, a fatia da companhia vai superar um pouco os 50%, "estatizando" a Light.

"Estruturas [para a venda da Light] estão sendo avaliadas", disse o diretor-financeiro e de relações com investidores da Cemig, Maurício Fernandes, em teleconferência com analistas e investidores sobre os resultados da empresa no segundo trimestre. "E se a venda [da Light] der errado? Não prevemos problemas quanto a isso. Na pior das hipóteses, vendemos o excedente de controle", completou.

De acordo com o diretor de Gestão de Participações da Cemig, Daniel Faria Costa, a estatal tem conversado com potenciais investidores sobre a venda da Light, mas a estrutura da operação ainda não foi fechada. "No momento adequado, quando tivermos algo mais elaborado, poderemos passar a informação ao mercado. Neste momento, estamos trabalhando na melhor estrutura possível para a Cemig e para a companhia", afirmou ele.

"Estamos dando alta ênfase aos desinvestimentos, mas não é simples", acrescentou Fernandes.

Em relação à venda da participação da Cemig na Santo Antônio Energia, dona de hidrelétrica de mesmo nome, no rio Madeira (RO), Costa disse que houve uma proposta que está sendo analisada não só pela estatal mineira, mas também pelos outros sócios na usina. "Esperamos que a venda seja concluída ainda em 2018", afirmou o diretor.

Para a direção da Cemig, até as eleições de outubro, o país vai continuar vivendo um período de oscilação cambial, que pode afetar quem tem dívidas em dólar, como é o caso da companhia.

"Até a eleição nós estamos esperando que vai continuar essa oscilação", disse ontem o diretor vice-presidente da Cemig, Luiz Humberto Fernandes, em entrevista coletiva, na sede da empresa, em Belo Horizonte.

O efeito do câmbio foi considerado um dos motivos para o prejuízo de R\$ 60 milhões registrado pela Cemig no segundo trimestre, revertendo lucro líquido de R\$ 137,9 milhões, em igual período do ano passado.

No fim de 2017, a Cemig emitiu US\$ 1 bilhão em títulos, como forma de trocar parte de sua dívida de curto prazo. Em julho, houve uma segunda rodada de emissão de papéis no valor de US\$ 500 milhões.

Segundo o vice-presidente, o mercado de crédito está adverso a países emergentes e, no Brasil, a situação econômica e as dúvidas relacionadas às eleições tendem a prejudicar a percepção dos investidores.

A diretoria da Cemig espera que, após a eleição, haja uma reacomodação do câmbio e dos juros, produzindo um efeito benéfico para as empresas brasileiras.

Perguntado se até as eleições, a oscilação pode continuar produzindo reflexos para as finanças da empresa, o vice-presidente afirmou: "Pode, mas não de uma maneira tão forte quanto foi até agora, porque o dólar está chegando a R\$ 3,90. Então [o impacto futuro esperado] não será mais do que foi até agora, mas, sim, pode ter esse efeito."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Sinaval quer que TCU suspenda aditivos com ANP

A briga dos estaleiros com a Agência Nacional de Petróleo (ANP), para manter os índices de conteúdo local na indústria de petróleo e gás, parece longe do fim. O Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval) ingressou este mês com pedido no Tribunal de Contas da União (TCU) para que o órgão suspenda a celebração de aditivos aos contratos originais de

exploração e produção de petróleo, firmados entre a ANP e as petroleiras desde 2005. O objetivo desses aditivos é reduzir os percentuais de conteúdo local em contratos vigentes. A ANP divulga hoje a lista final das empresas que entraram com os pedidos de aditivos. Até o dia 10 deste mês já havia 280 solicitações de aditivos por petroleiras .

No pedido ao TCU, o Sinaval requer ainda que, na hipótese de o pedido da entidade ser aceito somente após a celebração dos aditivos, o tribunal suspenda os "eventuais efeitos", e intime a ANP a prestar os devidos esclarecimentos. O Sinaval já vinha discutindo o assunto do conteúdo local com a área técnica do TCU e, para embasar os argumentos, enviou correspondência ao tribunal, em junho, à qual anexou um parecer do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto. Um dos pontos do parecer é que a ANP não teria competência para alterar a política de conteúdo local em vigor. O parecer sustenta também que o regime de conteúdo local tem respaldo na Constituição.

Os aditivos contratuais buscam reduzir os percentuais de conteúdo local para os contratos já celebrados entre as operadoras de petróleo e a ANP. Para os estaleiros, a medida é prejudicial ao interesse público pois tem como efeitos desemprego no setor, redução de arrecadação e perda de qualificação de mão de obra, entre outros pontos. A indústria da construção naval chegou a empregar, em 2014, 82 mil pessoas e hoje tem cerca de 28 mil empregados, segundo o Sinaval. Uma das situações mais críticas é a do Rio de Janeiro, onde o segmento emprega 3 mil pessoas, 10% do que empregava há quatro anos, ainda nas contas do Sinaval.

A discussão sobre o conteúdo local é estratégica para os estaleiros porque a atividade produtiva do setor depende de garantias de que uma parte das plataformas de produção de petróleo seja feita localmente. As petroleiras, porém, buscaram e conseguiram limitar as "amarras" representadas pela antiga política de conteúdo local nos últimos anos. Nos contratos vigentes, a ANP estabeleceu percentual de 40% de conteúdo local para plataformas em três segmentos: serviços de engenharia, máquinas e equipamentos; e construção, integração e montagem. O Sinaval quis garantir um subgrupo com 40% de conteúdo local para a construção de cascos de plataformas isoladamente, mas não conseguiu.

"Nunca foi colocada expectativa sobre contratos futuros. Isso é atribuição do CNPE", diz diretor-geral da ANP

Para os novos contratos, a resolução 07/2017 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) fixou percentual de conteúdo local de 25% para as plataformas na fase de desenvolvimento da produção. Os estaleiros divergem da diferença de percentuais fixada para o conteúdo local de plataformas nos

contratos antigos e nos novos. Ariovaldo Rocha, presidente do Sinaval, disse que nas discussões sobre o tema a entidade pediu ao diretor-geral da ANP, Decio Oddone, que ajudasse a manter o percentual de 40% para os contratos futuros, o que não aconteceu.

Em nota o diretor-geral da ANP negou, porém, que tenha havido qualquer acordo nesse sentido com o Sinaval. A discussão, segundo Oddone, sempre foi sobre os contratos passados. "Eu sempre fui explícito em dizer que a ANP não formula política. Aplica as políticas definidas pelo CNPE. O que falamos foi: se houver uma proposta que atenda minimamente a todos em relação à questão do 'waiver' [revisão dos índices] para os contratos passados que estava em discussão por determinação do TCU, nós poderíamos levar para o Pedefor [fórum do setor de óleo e gás]. Foi o que fizemos. Nunca foi colocada qualquer expectativa quanto aos contratos futuros porque isso é atribuição do CNPE. Eles [Sinaval] solicitaram, mas nós negamos."

Procurado, o TCU não se manifestou sobre o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/08/2018

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Trinta companhias já solicitaram redução do conteúdo local

Ao menos 30 petroleiras diferentes entraram com pedidos na Agência Nacional de Petróleo (ANP) para aderirem às novas regras que flexibilizam a política de conteúdo local. A lista final de pedidos de adesão só será divulgada hoje, mas levantamento do **Valor** mostra que, com base apenas nos pedidos parciais, mais de dois terços dos ativos de exploração sob concessão hoje no país poderão migrar para as novas regras.

A lista de pedidos para redução dos percentuais já totaliza 280 contratos, incluindo desde ativos de exploração a campos em fase de produção ou em desenvolvimento.

A possibilidade de redução dos percentuais de conteúdo local de contratos vigentes está prevista numa resolução publicada pela ANP em abril, que regulamentou o 'waiver' (pedido de isenção do cumprimento dos índices de nacionalização).

De acordo com as novas regras, as petroleiras terão duas opções: manter as condições dos atuais contratos, com a garantia de recorrer ao "waiver" para

obtenção de eventual perdão; ou poderão celebrar um aditivo contratual, sujeitando-se aos novos percentuais de conteúdo local, mais baixos do que aqueles fixados nos contratos originais, desde que abram mão do direito de solicitar o "waiver".

Só a Petrobras já apresentou 110 pedidos de aditamento, o equivalente a cerca de 40% de todos os pedidos. Na lista estão projetos importantes, como Libra, Búzios, Sépia e Atapu, no pré-sal da Bacia de Santos, e ativos à venda pela companhia, como Baúna, Tartaruga Verde e uma série de campos terrestres. Ou seja, a estatal pediu para revisar os índices de nacionalização de contratos tanto de concessão, quanto de partilha e da cessão onerosa - que concedeu à Petrobras o direito de produzir 5 bilhões de barris no pré-sal, como parte de uma operação que elevou a fatia da União no capital da companhia, em 2010.

A lista de companhias que pretendem reduzir os atuais percentuais de conteúdo local inclui empresas de diferentes perfis. Grandes multinacionais como a Anadarko, BP, ExxonMobil, Rosneft, Shell, Total entraram com pedido para flexibilizar os índices de nacionalização de todos os blocos exploratórios nas quais são operadoras. Petroleiras menores como Chariot, Galp, grupo Great (Great Energy e Great Oil Perfurações), Karoon, Maha Energy, Ouro Preto, Premier Oil, Sonangol, Tek e Vipetro fizeram o mesmo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Sinopec Petroleum do Brasil pede recuperação judicial

A Sinopec Petroleum do Brasil entrou ontem com pedido de recuperação judicial na Justiça do Rio de Janeiro. Reportando um total de dívidas de R\$ 121,5 milhões, sobre a qual alega não ter condições de pagar, a companhia justifica a sua situação pela crise econômica vivida no país e a paralisação das obras da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados em Três Lagoas (MS), a UFN III, da Petrobras.

O pedido de recuperação judicial, apresentado pelo escritório Galdino & Coelho, que representa a companhia, foi distribuído para a 4ª Vara de Empresarial do Rio de Janeiro, porém o juiz declinou da competência para o juízo da 3ª Vara, onde já tramita um pedido de falência da empresa. A Sinopec Petroleum do

Brasil tem como acionistas a chinesa Sinopec International Petroleum Service Corporation (99,9%) e SIPSC Bolivia (0,1%).

No caso da UFN III, a Petrobras celebrou contrato para construção do empreendimento, no valor de R\$ 3,1 bilhões, em agosto de 2011. Na ocasião foi formado o consórcio UFN III, originalmente composto pela Sinopec, GDK e Galvão Engenharia, em partes iguais.

Pouco após o início do projeto, a GDK apresentou dificuldades em manter suas atividades e retirou-se do consórcio, tendo a Galvão Engenharia assumido sua posição e passado a deter 65% do consórcio.

Segundo a Sinopec, porém, na transição do projeto básico para o projeto executivo da unidade, percebeu-se que a estimativa inicial apresentada pela Petrobras não fazia frente aos reais valores envolvidos para a concretização do projeto executivo. O consórcio solicitou então providências da Petrobras visando o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Mas, ainda de acordo com o pedido apresentado à Justiça, a Petrobras determinou em 2014 a rescisão unilateral do contrato, mesmo com as obras em estágio avançado, de cerca de 85% de conclusão. A desmobilização das obras gerou custos adicionais ao consórcio.

No pedido, a Sinopec alega não ter condições de pagar suas dívidas e que não resta outra alternativa senão recorrer ao pedido de recuperação judicial para lhe conferir fôlego necessário para retomar suas atividades, renegociar seu passivo e resolver as demandas judiciais que podem lhe reverter em caixa quantias suficientes para fazer frente às dívidas.

Na possibilidade de aprovação do pedido, a empresa diz ter condições suficientes para apresentar um novo plano de pagamentos para reequilibrar o seu fluxo de caixa e o equacionamento do passivo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/08/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Acidente na CSN

O funcionário da CSN Daniel Bragança, internado na terça-feira após queimaduras graves, morreu ontem, informou a empresa. Ele havia sido transferido na quarta-feira para o Hospital Nove de Julho, em São Paulo. O trabalhador, de 34 anos, fazia manutenção na laminação a frio da usina de Volta Redonda (RJ) quando foi atingido por um curto circuito em um transformador. "A companhia está prestando todo o auxílio à família de Daniel e manifesta sua solidariedade aos familiares e amigos", informou a CSN. Em uma semana, é o quarto acidente ocorrido em duas diferentes companhias siderúrgicas. Na Usiminas, um funcionário terceirizado morreu em atividade na aciaria, outro sofreu acidente e teve o braço amputado na sinterização e a explosão de um gasômetro deixou 34 feridos.

Minério cai na China

Ainda no rescaldo das preocupações quanto à saúde da economia chinesa, o minério de ferro perdeu força pelo quarto dia consecutivo. Os preços da matéria-prima com pureza de 62% entregue no porto de Qingdao recuaram 1% ontem no mercado à vista, para US\$ 66,51 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". Na Bolsa de Commodities de Dalian, os contratos futuros com vencimento em janeiro caíram 2,1%, para 493,50 yuans (US\$ 71,10).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Ed Crooks | Financial Times, de Nova York

Título: Venda de turbina a gás cai e afeta GE, Siemens e Mitsubishi

O gás natural ainda é descrito frequentemente como o "combustível do futuro". Mas a sensação não é essa se você é um vendedor de turbinas para geradores de energia a gás. As vendas de turbinas a gás caíram drasticamente, sob pressão das energias renováveis de baixo custo, e a previsão é de permaneçam fracas por mais dois anos pelo menos.

Além de encolher, o mercado está ficando mais competitivo. Para as turbinas mais avançadas e maiores, que são compradas por empresas de serviços públicos e geradores de energia, há apenas três fabricantes de peso: a americana General Electric, a alemã Siemens, e a japonesa Mitsubishi Hitachi Power Systems (MHPS).

A GE foi a líder do mercado por décadas, mas a MHPS - da qual a Mitsubishi Heavy Industries tem 65% e a Hitachi, 35% - tem tido um ano muito bem-

sucedido, relatando que tinha uma participação de 40% do mercado nos primeiros seis meses de 2018.

A oscilação do mercado é sinal da concorrência intensa por um número reduzido de encomendas

O fluxo de encomendas de grandes turbinas a gás acontece em surtos, por isso não se deve tirar conclusões a partir de apenas meio ano. Um grande contrato na Tailândia, em fevereiro, ajudou a levantar os números da MHPS. Rob McKeel, chefe do setor de marketing da divisão de equipamentos de energia da GE, disse ao "Financial Times" que esperava terminar o ano com uma fatia de cerca de 40% do mercado. Mas a MHPS continua em posição para superar por alguma margem os 11% de participação no mercado que reportou em 2017, mesmo que não venda outra turbina pelo resto do ano.

"Já garantimos que este será um ano maravilhoso para nós", disse Paul Browning, executivo-chefe da MHPS para as Américas.

A oscilação do mercado é um sinal da concorrência intensa por um número reduzido de encomendas. Em 2011, os fabricantes venderam turbinas a gás com uma capacidade de geração de energia total de 71,6 gigawatts, de acordo com os Relatórios de Energia McCoy. No ano passado, o mercado tinha menos de metade daquele tamanho, 34,4 GW, e este ano se prevê que seja ainda menor, de cerca de 30 GW.

No mês passado, durante a conferência de divulgação do balanço da GE, John Flannery, seu executivo-chefe, contou a analistas que a empresa "não esperava nenhuma recuperação" no mercado. Ralf Thomas, chefe do setor financeiro da Siemens, passou uma mensagem semelhante na sua conferência este mês, ao dizer que a expectativa da empresa era de continuidade do "ambiente volátil do mercado" pelos próximos dois anos, com potencial de queda ainda maior do volume (de vendas) de turbinas. Ele acrescentou que o mercado difícil estava criando uma "pressão sobre os preços".

Lisa Davis, executiva-chefe da divisão de energia global da Siemens, com base em Houston, disse que todos os fabricantes estavam sendo espremidos. "Em qualquer negócio em que haja um excesso de oferta e uma demanda em declínio, é inevitável que a competição aumente", afirmou. "E quando a competição aumenta, todos temos que ficar mais afiados."

Os fabricantes estão lutando para melhorar a eficiência e, assim, reduzir o custo da energia a gás. A MHPS informou que suas últimas turbinas, da classe J, podem gerar eletricidade 30% mais barata que a tecnologia da classe F, lançada nos anos 1980.

A retração chocou muitos na indústria, e não menos do que outros a GE, que numa apresentação em março de 2017 previa que na média a escala do mercado de serviços públicos ficaria entre 40 GW e 45 GW ao ano.

A perspectiva de uma potencial "era de ouro do gás", sugerida pela Agência Internacional de Energia em 2011, inspirou os sonhos da indústria desde então. O argumento parecia convincente: mudar a geração de energia do carvão para o gás reduz tanto a poluição local como as emissões de dióxido de carbono, e as usinas de energia a gás são um complemento natural da energia renovável, capaz de fornecer eletricidade quando a produção eólica e solar for baixa. Além disso, a oferta era abundante na América do Norte graças à revolução do xisto e outros países tinham potencial de desenvolver indústrias de gás "não convencionais" por conta própria.

O grande prêmio na área de turbinas a gás poderia ser a China, onde a demanda por eletricidade cresce

Não funcionou assim. A decolagem da produção de xisto fora dos Estados Unidos tem sido lenta, e muitas economias emergentes com demanda crescente de eletricidade dependem da importação de gás liquefeito natural, que é um combustível muito mais caro do que o carvão. A forte queda dos custos da energia eólica e da solar, tornou a competição muito mais difícil para as usinas a gás e a necessidade de uma alternativa de reserva baseada em combustíveis fósseis não é tão clara como parecia. Outras soluções para a variação na produção eólica e solar, incluindo "usinas virtuais" feitas de recursos energéticos distribuídos em pequena escala e armazenamento em baterias, estão se tornando cada vez mais competitivas.

"Haverá um mercado para a geração de energia a gás", disse Jamie Webster, do Boston Consulting Group. "Só que ele pode ser menos excitante do que algumas pessoas esperavam."

Os fabricantes de turbinas estão se ajustando. No ano passado, a Siemens informou que eliminaria 6.900 empregos em todo o mundo para ajudar seus negócios de energia a permanecerem competitivos, e a GE anunciou o corte de 12 mil empregos na divisão de energia. Segundo Browning, a MHPS fez "pequeno aperto no cinto", mas manteve o nível de empregados relativamente estável, em parte com a expansão para novas regiões, como a América do Sul.

De acordo com a Bloomberg, houve rumores em junho de que a Siemens analisava a possibilidade de vender sua área de turbinas a gás. Os executivos do grupo se recusaram a comentar a história, embora Davis tenha enfatizado a "posição muito forte" da empresa no mercado e seu compromisso com seus clientes.

Browning, da MHPS, argumenta que é provável que com o tempo o mercado se recupere. "As coisas estão fracas agora, e nós achamos que vão continuar fracas por mais dois anos. Mas nosso prognóstico é de crescimento após três anos."

O grande prêmio na área de turbinas a gás poderia ser a China, onde a demanda por eletricidade cresce e o governo está determinado a reduzir o uso de carvão para melhorar a qualidade do ar. Ira Joseph, da S&P Global Platts Analytics, disse que o país estava "estabelecendo posição em que energia a gás faz sentido comercialmente."

A Siemens assinou acordo de cooperação tecnológica para a área de grandes turbinas a gás com a State Power Investment Corporation da China. Joe Kaeser, executivo-chefe da Siemens, disse que "seja quem for que faça isso, definirá o padrão para turbinas a gás na China."

No entanto, a Ansaldo Energia, fabricante italiano de turbinas menores, do qual a Shanghai Electric possui 40%, também tem acordo com a State Power Investment Corporation da China, destinado a desenvolver modelos maiores. A GE é outra que tem posição forte na China, ao conseguir em janeiro encomenda de duas grandes turbinas, então esse mercado deve ser tão competitivo como outros.

Para a GE, que em junho anunciou que se concentraria em equipamentos energéticos como uma de suas duas divisões centrais, juntamente com a aviação, a perspectiva torna o corte de custos e capacidades especialmente urgente. "Claramente, essa é nossa prioridade", disse Flannery a analistas no mês passado. "Estamos trabalhando intensamente, [com] senso de urgência total."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/08/2018

Seção: Empresas

Autor: Dow Jones Newswires | Los Angeles, Washington e Tóquio

Título: Regulador dos EUA intima executivos da Tesla

A Securities and Exchange Commission (SEC), órgão regulador do mercado americano, começou a entregar intimações a diretores da montadora de carros elétricos Tesla, em um desdobramento das investigações preliminares a respeito das declarações dadas pelo fundador e diretor-presidente da companhia, Elon Musk, na semana passada, sobre sua intenção de fechar o capital.

Segundo uma pessoa familiarizada com o assunto, todos os diretores receberam intimações. Não está claro que tipo de informações os reguladores federais estão buscando. Procurados pela reportagem, representantes da Tesla e da SEC não quiseram comentar.

Uma intimação da SEC indica que os diretores do órgão autorizaram a abertura de uma investigação formal contra uma empresa. Na semana passada, os reguladores realizaram diligências preliminares sobre a mensagem enviada por Musk na rede social Twitter de que possuía "fundos assegurados" para fechar o capital.

No dia 7 de agosto, Musk surpreendeu o mercado quando afirmou, via Twitter, que considerava fechar o capital da Tesla, pagando US\$ 420 por ação, o equivalente a US\$ 72 bilhões, um prêmio de 20% em relação à cotação dos papéis naquele dia. Ele afirmou que tinha assegurado os fundos para a operação, sem oferecer mais detalhes.

No dia 13, em um texto publicado no blog da empresa, o executivo disse que teve discussões com representantes do fundo soberano da Arábia Saudita para financiar a operação, mas que nenhum acordo fora firmado. Os sauditas possuem quase 5% de fatia da Tesla.

Musk apresentou uma proposta heterodoxa para o fechamento de capital, dizendo que um número significativo dos atuais acionistas pretende manter sua participação caso o capital da Tesla seja fechado. Ele e seus executivos possuem quase 25% do capital. O restante está dividido entre investidores individuais, com 17%, e investidores institucionais, com 58%, segundo dados da consultoria FactSet.

A Tesla desistiu de um acordo de compra da produção de uma fábrica de painéis solares da Panasonic, segundo anunciou a companhia japonesa ontem. A notícia é mais um sinal de incerteza sobre o futuro dos negócios de energia solar da Tesla, a SolarCity.

A Panasonic disse que começou a produzir células solares e módulos na fábrica em Buffalo, Nova York, em agosto de 2017, sob um acordo que exigia que a Tesla comprasse toda a produção para o seu negócio de painéis domésticos solares. No início deste ano, o contrato foi revisto para remover a exclusividade e as peças passaram a ser vendidas para outros fabricantes de painéis.

Representantes da Tesla não puderam ser imediatamente contatados para comentar sobre o caso.

O negócio de energia solar é um dos muitos desafios enfrentados por Musk, alvo de uma investigação de órgãos reguladores americanos após publicar uma

mensagem na rede social Twitter sobre os planos de fechar o capital da empresa.

Embora a necessidade da Tesla tenha ficado aquém da esperada, a Panasonic disse que a demanda global por seus componentes de painéis solares fabricados nos Estados Unidos permaneceu intacta.

A empresa foi beneficiada pelas tarifas aplicadas pelo governo americano no início de 2018, que prejudicaram as vendas dos painéis chineses, que tinham uma grande participação de mercado.

A Panasonic planejava gastar 30 bilhões de ienes (US\$ 271 milhões) para reforçar a produção da fábrica de Buffalo, mas mudou o plano.

Ontem à noite, a Reuters informou que um funcionário demitido pela Tesla, na fábrica de baterias em Nevada, entrou com uma queixa na SEC, acusando a empresa de espionar os funcionários e não tomar providências após saber que um cartel mexicano poderia estar traficando drogas dentro da unidade, disse o advogado do ex-funcionário. A Tesla afirma que investigou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/08/2018

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Mais competitivo no país, etanol já "rouba" mercado da gasolina

Os preços da gasolina nos maiores patamares da história do país desencadearam uma reorganização do mercado de combustíveis neste ano. Buscando reduzir os gastos, os motoristas que têm carro flex estão preferindo abastecer os automóveis com etanol, combustível que se tornou muito mais competitivo que a gasolina nos últimos meses. Essa mudança de comportamento provoca não apenas uma redução no consumo de gasolina, mas também a diminuição das importações do produto.

Segundo levantamento da consultoria Datagro, a partir de dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic), o Brasil reduziu o volume importado de gasolina pura (A, ainda sem adição do etanol anidro) em 31,5% nos sete primeiros meses do ano. Foram importados 210,7 milhões de litros entre janeiro e julho, ante 321,3 milhões de litros no mesmo intervalo de 2017.

A redução fez o país economizar US\$ 148 milhões na importação do combustível fóssil, uma vez que foram gastos no período pouco mais de US\$ 1 bilhão com as compras, ante mais de US\$ 1,1 bilhão de janeiro a julho de 2017.

"A redução da importação de gasolina reflete a falta de dinamismo da economia, mas principalmente uma maior substituição de gasolina C [vendida nos postos, já misturada com 27% de etanol anidro] por etanol hidratado", afirma Plínio Nastari, presidente da Datagro.

O biocombustível tem ficado mais atrativo não apenas por causa dos preços recorde da gasolina, mas também porque a oferta de etanol está aumentando.

Para a média da frota flex brasileira, o etanol é mais vantajoso quando seu preço está abaixo de 70% do valor da gasolina. No último levantamento de preços da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), feito entre 5 e 11 de agosto, o etanol apareceu nos postos de São Paulo (maior Estado consumidor) com preço equivalente a 58,3% ao da gasolina - a menor relação de preços desde setembro de 2010, segundo a Datagro. Conforme a consultoria, em cidades como Araçatuba e Ribeirão Preto, essa relação caiu abaixo de 50%.

O etanol tornou-se mais competitivo nos principais Estados consumidores entre abril e maio. Como resultado, o consumo de etanol hidratado no primeiro semestre deste ano superou em 38,4% o do mesmo período de 2017, alcançando 8,085 bilhões de litros.

Como o consumo de combustíveis está em queda neste ano, o aumento da demanda por etanol "roubou" uma parcela relevante das vendas de gasolina. Segundo a Datagro, a participação do etanol (tanto o hidratado como o anidro, misturado à gasolina) no consumo de combustíveis ("ciclo Otto") foi de 41,2% ante uma média de 38,2% em 2017 e de 39,4% em 2016.

Para Nastari, as vendas de etanol hidratado devem continuar crescendo até o fim do ano por causa da maior competitividade do biocombustível, roubando mercado da gasolina e limitando ainda mais as importações. "A participação [do etanol] no ciclo Otto deve chegar perto de 42%", afirmou. Se confirmada, essa participação deverá ser a maior desde 2015.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/08/2018****Seção: Legislação e Tributos****Autor: Beatriz Olivon | De Brasília****Título: Petrobras afasta autuações fiscais bilionárias no Carf**

A Petrobras conseguiu afastar, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), três das quatro autuações bilionárias que recebeu por dedução, no mesmo exercício fiscal, de gastos com desenvolvimento - uma das fases da exploração de petróleo. Uma delas ainda não foi analisada pelos conselheiros. Tramita na primeira instância administrativa. A discussão é a segunda maior em valor. Somados, os processos alcançariam R\$ 37,1 bilhões.

Os casos foram analisados pelas chamadas "turmas baixas" do Carf e não podem ser levados à Câmara Superior (última instância), pelo fato de não haver decisão em sentido contrário. A Fazenda Nacional também não pode discutir a questão na Justiça.

Dois processos foram analisados pela 2ª Turma da 4ª Câmara da 1ª Seção. Um dos julgamentos foi realizado ontem. A Petrobras conseguiu cancelar uma cobrança de R\$ 8,4 bilhões (processo nº 16682. 722542/2016-11). As autuações cobravam Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL.

No entendimento da Receita Federal, a Petrobras teria que deduzir despesas de desenvolvimento ao longo dos anos. A estatal, porém, defende o desconto, no cálculo do IR e da CSLL, no mesmo exercício, com base no artigo 416 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 3.000, de 1999).

O dispositivo é específico para a Petrobras. Afirma que a estatal "poderá deduzir, para efeito de determinação do lucro líquido, as importâncias aplicadas, em cada período de apuração, na prospecção e extração de petróleo cru". A fiscalização, porém, interpreta o artigo conforme a Constituição. Entende que não poderia ser aplicado tendo em vista a isonomia e a livre concorrência. A empresa, de acordo com o Fisco, teria um privilégio em relação aos concorrentes.

A norma, segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), é de uma época em que apenas a Petrobras atuava no setor. Mas com a entrada de outras empresas, considera que a estatal não poderia ter tratamento diferenciado. Em parecer apresentado no Carf, durante o julgamento do "leading case", em 2017, o órgão argumentou que a dedução só poderia ser autorizada se as demais empresas tivessem a mesma possibilidade.

Na época (processo nº 16539. 720015/2014-63), prevaleceu o voto do relator, conselheiro Caio Cesar Nader Quintella, representante dos contribuintes. Para ele, as atividades de desenvolvimento estão atreladas às despesas de produção. Portanto, são abrangidas pelo artigo 416. A autuação cobrava valores de 2009.

Por causa dessa decisão, unânime, a PGFN nem apresentou sustentação oral na sessão de ontem. "Esse caso é o mesmo, só muda o ano", afirmou o presidente substituto da turma, Paulo Mateus Ciccone, representante da Fazenda.

No julgamento, referente ao ano de 2011, a Receita Federal argumentou que o Regulamento do Imposto de Renda só permite a dedução em relação às fases de prospecção e extração de petróleo, não se incluindo em nenhuma delas a atividade de desenvolvimento.

A Petrobras, porém, considera que a etapa de desenvolvimento está contida na de produção, segundo afirmou o advogado da empresa, Tiago Lemos de Oliveira, em sustentação oral. Ele citou o leading case. "O entendimento da turma à época foi que o Carf não poderia observar a inconstitucionalidade no mérito do artigo 416", disse.

Em seu voto, o relator, conselheiro Evandro Correa Dias, representante da Fazenda, citou outro precedente do conselho, no mesmo sentido. No caso, a cobrança era sobre 2010, no valor de R\$ 7,4 bilhões. Foi julgada pela 1ª Turma da 2ª Câmara da 1ª Seção em novembro de 2011 e afastada (processo nº 16682-722.967/2015-49).

Segundo o relator, no caso, os fatos eram idênticos aos dos precedentes. Assim, o mesmo entendimento foi adotado e aplicado com relação às despesas da atividade de desenvolvimento em 2011. "Está evidente a abrangência da etapa de desenvolvimento no artigo 416", afirmou.

A PGFN não vai recorrer da decisão, segundo o coordenador do contencioso administrativo tributário da PGFN, Moisés de Sousa Carvalho Pereira. "Não há paradigma para apresentação de recurso. A turma apenas reafirmou seu entendimento", disse.

Após a decisão de ontem, a empresa informou, em nota, que a classificação de expectativa atual do processo era de perda remota. Por isso, não consta nas demonstrações financeiras do segundo trimestre.

Há ainda um outro processo sobre o mesmo assunto, que está em julgamento na Delegacia Regional de Julgamento (DRJ), instância administrativa anterior ao Carf. Nele é cobrado IRPJ e CSLL por dedução em 2012 e 2013. A autuação tem valor de R\$ 15,7 bilhões.

A tese só perde, em valor, para a que discute a tributação de remessas para pagamento de afretamentos de embarcações, com processos que somam R\$ 43,3 bilhões. Alguns já estão na esfera judicial.

MME / ASCOM .